

# O Uso e as Transformações do Solo na Vizinhança da Lagoa Pequena em Florianópolis SC

Glauco Ladik Antunes <sup>1</sup>  
Dr. Roberval Felipe Pereira de Lima <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL  
Departamento de Meio Ambiente - DPM  
Bairro do Pântano do Sul  
Florianópolis, SC  
[glaucoantunes@hotmail.com](mailto:glaucoantunes@hotmail.com)

<sup>2</sup> Servidão Dunas da Joaquina, 68  
Bairro do Rio Tavares  
88048-419 Florianópolis, SC  
[robervalfepelima@hotmail.com](mailto:robervalfepelima@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo foi elaborado baseado em pesquisas contidas no Trabalho de Conclusão de Curso: O uso do solo e suas transformações no entorno da localidade Lagoa Pequena – Distrito do Campeche, Florianópolis/SC. Aborda questões sobre a evolução da urbanização em áreas de preservação, sendo que a área de estudo abrange a localidade da Lagoa Pequena. O estudo permitiu compreender os processos que levaram a urbanização da localidade crescer de maneira rápida, de forma irregular, desorganizada, embora a circunvizinhança da lagoa seja referenciada em ato de Tombamento como Patrimônio Natural e Paisagístico do município. Desenvolveu-se análise de produtos cartográficos da evolução na urbanização entre os anos de 1979, 1994 e 2002. A área é considerada pela comunidade como ambiente importante para se alcançar melhor qualidade de vida. Por esta razão, buscou-se também entender a percepção de moradores sobre a realidade local, no que se refere ao entendimento das leis vigentes e a importância da sua conservação.

**Palavras-chave:** Áreas de Preservação Permanente - APP, urbanização, Lagoa Pequena, transformação.

**Abstract:** This article was compiled based on research contained in the Work of Adoption of Course: The land use and changes in their surroundings of the town Little Lagoon - District of Campeche, Florianópolis / SC. It addresses issues on the development of urbanization in areas of preservation, and that the study area covers the town of Little Lagoon. The study allowed to understand the processes that led to the urbanization of the town grow so fast, irregular shape, unorganized, although the around pond is referenced in the act of Throw and Natural Heritage and Landscape of the council. She is analysis of developments in cartographic products urbanization between the years 1979, 1994 and 2002. The area is considered by the community environment as important to achieving better quality of life. For this reason, trying to also understand the perception of residents on the local reality, regarding the understanding of the laws and the importance of its conservation.

**Keywords:** Areas of Conservation Standing - APP, urbanization, Little Lagoon, transformation.

## 1 Introdução

A Ilha de Santa Catarina - município de Florianópolis - está inserida na Região da Grande Florianópolis, aglomerado urbano composto também pelos municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Basicamente o processo de aglomeração corresponde à expansão urbana que teve início principalmente a partir dos anos 60.

O município de Florianópolis apresentou entre os anos de 1991 e 2000, um crescimento populacional de 3,3% ao ano (IBGE, 2000). O rápido crescimento desencadeou uma série de problemas gerados em todo município, como ocupações irregulares, falta de planejamento, infra-estrutura básica e saneamento, degradação do meio ambiente, poluição, etc.

Estudos realizados pelo IPUF (1992), apontam que 20% da população que migra para a capital dirige-se ao sul da Ilha, especialmente para o Balneário Campeche que, segundo AMORA (1996), abriga áreas de grande valor para especulações imobiliárias, devido às características favoráveis de ocupação e lazer, "oferecidas" pela planície costeira.

O processo de urbanização nesta porção da ilha tem acarretado significativas transformações na estrutura social, no ecossistema local, na paisagem e na qualidade de vida dos moradores, entre outras conseqüências. Tais transformações tornaram-se mais evidentes a partir da década de 80, e foram aceleradas na década de 90 (AMORA, 1996).

O processo de urbanização desordenado sem o acompanhamento de serviços básicos para a população e planejamento, é uma realidade de Florianópolis, que se reproduz na maioria de seus Distritos e Bairros.

Enquanto o número de edificações cresce ao longo dos anos de modo irregular, a infra-estrutura urbana atende parcialmente as necessidades dos moradores. Este é o caso da localidade da Lagoa Pequena, que mesmo sendo tombada pelo poder público municipal como Patrimônio Natural e Paisagístico pelo Decreto nº 135/88 e como área de Preservação Permanente pelo Código Florestal na Lei de nº. 4.771/65, sofre com a falta de controle dessa expansão urbana desordenada.

A Lagoa Pequena passou por intensas transformações em sua paisagem sócio-ambiental nas últimas décadas, alterações estas provocadas por atividades humanas que podem potencializar fragilidades do ambiente natural e refletir na qualidade de vida dos moradores da localidade.

### 1.1 Desenvolvimento Urbano na Lagoa Pequena:

A localidade da Lagoa Pequena tem sua origem vinculada ao florescimento de um pequeno núcleo rural, onde diversas fazendas até meados dos anos 50 configuravam o cenário da região. A população vivia basicamente da agricultura de subsistência, da produção de farinha de mandioca e de subprodutos da cana-de-açúcar. Ao longo dos anos ocorreram mudanças significativas no ambiente e na configuração social do local com a decadência da agricultura na ilha de Santa Catarina. A partir de então se iniciou o processo de apropriação privativa das áreas (CAMPOS, 1991). Terras agrícolas tornaram-se vazios urbanos, sofrendo com o passar dos anos expansão urbana acelerada, que sem ordenamento territorial é capaz de gerar degradação ambiental.

O crescimento urbano do Campeche foi notado em dois momentos, primeiramente com a vinda do transporte público e luz elétrica entre os anos de 60 e 70 e posteriormente com a pavimentação da SC-405, a construção de escola básica e do posto de saúde.

Desta forma, a população do Campeche começou a se tornar mais diversificada em relação aos modos de vida. Poucos sobreviviam ainda da pesca e agricultura, dado lugar aos assalariados. Na via de acesso principal ao Distrito, instalaram-se comércios, moradias, escola e um centro social e aos poucos, ocuparam-se também áreas próximas a Lagoa Pequena.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000), a Lagoa Pequena possui 833 habitantes e 264 residências, portanto existe a relação de 3,15 moradores por residência.

As habitações se estabeleceram bem próximo às margens da Lagoa, sendo que na parte oeste do corpo d'água e a norte e nordeste ocorre maior adensamento das construções principalmente em áreas de preservação, onde observa-se inclusive loteamento em situação irregular.

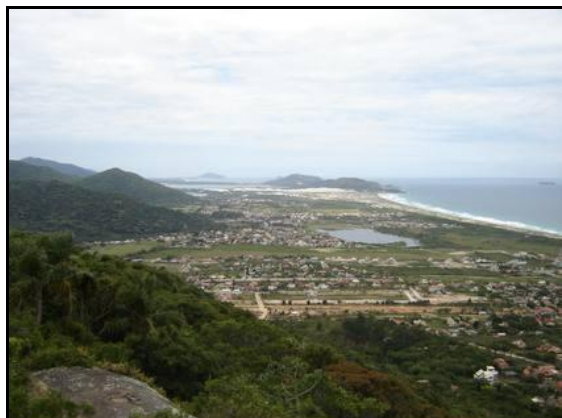
Segundo o IBGE (2000), 95% das residências da localidade se utilizam do sistema de fossa séptica por não estarem ligadas a rede de esgoto que atende somente 5% das residências.

Já o abastecimento público de água atende 70% das residências, sendo que os 30% restantes utilizam poços ou nascentes de água.

O adensamento urbano irregular sem infra-estrutura e às margens da Lagoa, fator que vêm resultando em impactos ao meio ambiente. Entre o final da década de 80 até os dias atuais, muitas construções foram

erguidas em áreas legalmente preservadas. Os mapas temáticos que compõem a **figura 1**, ilustram o desenvolvimento da expansão urbana marcada a partir do final da década de 70 na localidade. Parte das margens da Lagoa foi aterrada para a construção de uma estrada dividindo a Lagoa em duas partes. Em importantes áreas de restinga ocorreu supressão da vegetação e queimadas.

A Lagoa Pequena e o entorno não urbanizado é ainda, uma das poucas áreas de lazer da comunidade. Mas a condição atual da Lagoa ainda está longe de ser a ideal, por ser considerada como Patrimônio Natural e Paisagístico, deveria receber maior atenção e cuidado das autoridades e da comunidade do entorno.



**Foto 1** Lagoinha Pequena vista do Morro do Lampião **Fonte:** Douglas Ladik Antunes, 2007



**Foto 2** Imagem extraída da área através do Google Earth, 2007

A proposta do atual Plano Diretor Municipal para a chamada Planície do Campeche feita pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), previa inicialmente habitação para 450 mil pessoas, sendo posteriormente restringido para 390 mil habitantes. Este plano representa a perspectiva de uma urbanização massiva no Campeche e demais áreas da planície. Nele está prevista uma estrada que margeia uma faixa de orla marítima que vai da praia da Joaquina até o Morro das Pedras, a chamada PI - 108. Esta estrada está projetada para passar sobre vários ambientes de preservação, inclusive sobre a Lagoa Pequena, as dunas e restinga considerada pelo Poder Público Federal como “APP” e tombadas pelo Município como Patrimônio Natural e Paisagístico.



**Foto 3** Tomada aérea da Lagoinha Pequena no ano de 1979



**Foto 4** Tomada aérea da Lagoinha Pequena no ano de 1994

**Fonte:** Fotografias aéreas da ESTEIO dos anos de 1979 e 1994, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF

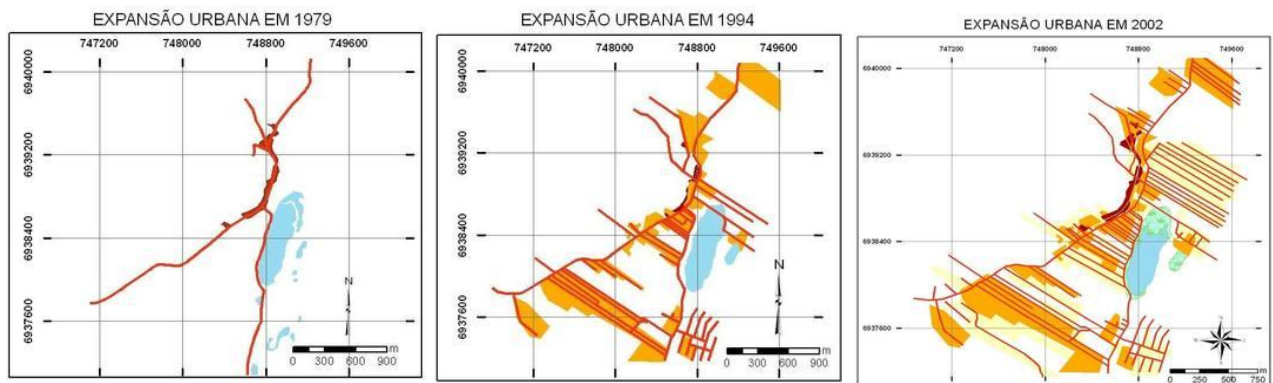
A Lagoa já foi motivo e local de muitos encontros comunitários com finalidade de reivindicar melhorias no local e assim reforçando na comunidade sua importância como espaço de preservação e integração social. O Projeto “Adote uma Bacia”, realizado pelo Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV em 1998, promoveu uma série de encontros permeados de muita arte, educação comunitária esportes e brincadeiras, além da realização de feiras de trocas e economia solidária.

O Movimento Comunitário na Planície do Campeche é antigo e estruturado, tanto que desenvolveram um Plano Diretor Alternativo concluído em meados dos anos 90, sendo lançado como contraproposta aos interesses do IPUF.

A Lagoa Pequena, segundo o Plano Alternativo, é envolvida por área de APP, pois se considerou a vital importância do ambiente na dinâmica dos ecossistemas locais, do seu valor para a comunidade, por ser um espaço com áreas verdes e de lazer. O uso social de Áreas de Preservação Permanente é mencionado no Código Florestal da Lei n.º. 4.771/65 em seu artigo 3º quando se diz assegurar condições de bem-estar público.

Ocorreram também movimentos comunitários organizados que efetivaram uma série de solicitações junto ao Ministério Público Estadual e Federal, denunciando a construção de obras irregulares em áreas de preservação. No caso da Lagoa Pequena, o aterramento da Lagoa para a construção da estrada e diversas construções próximas, foi denunciado no sentido de cobrar intervenções governamentais frente ao avanço desenfreado da expansão urbana. Até um posto de combustível sofreu embargo de suas obras em virtude da ação comunitária que reivindicava estudos ambientais e manejo adequado dos resíduos.

As fotografias aéreas de 1979 proporcionaram a confecção de um mapa de uso e ocupação do solo, mostrando muitas áreas de pastos com mata em regeneração. As áreas de cultivo já estavam reduzidas a pequenos espaços. Os espaços urbanos estavam concentrados nas proximidades da Rodovia SC-406, mas já se constatava o parcelamento inicial do solo para a formação de futuros lotes. Já existia nesta época, uma estrada de terra nas margens da Lagoa. Apesar do intenso uso agrícola no passado, a localidade, apresentava áreas com vegetação em regeneração, principalmente ao redor da Lagoa.



**Fonte de Dados:**

Fotogrametrias n.º.20779, 20780 e 20781 1:25.000. Aerolevanteamento ano 1979

Fotogrametrias Faixa 11 n.º.30, Faixa 11 n.º. 31, Faixa 11 n.º. 32 1:8.000. Aerolevanteamento ano 1994

Fotogrametrias Faixa 05 n.º.11, Faixa 05 n.º. 12 1:15.000. Aerolevanteamento ano 2002

Digitalização e vetorização feita pelo acadêmico Glauco Ladik Antunes

**Figura 1:** Urbanização no entorno da Lagoa Pequena/Campeche, em 1979, 1994 e 2002.

Caracterizando o uso e ocupação da Lagoa e arredores no ano de 1979, revelando que mesmo estando a agricultura em decadência, a localidade apresentava ainda algumas feições rurais, existindo roças e pastagens principalmente às margens da Estrada, que também serviu de local aos primeiros adensamentos habitacionais, embora ainda inexpressivos.

As décadas de 80 e 90 marcaram a efetiva expansão das áreas urbanas na localidade. No final da década de oitenta, a Lagoa Pequena começou a sofrer com a intervenção antrópica forte, devido a uma série de aterramentos e abertura de canais de drenagem. A Lagoa teve sua área reduzida e seu ecossistema passou a sofrer inúmeras alterações.

A fotografia aérea de 1994 (**foto 4**) revelam o aparecimento de muitas ruas perpendiculares a Rodovia SC-406, em direção a Lagoa Pequena.

## 2. Legislações que atuam na área de estudo

O Plano Diretor dos Balneários (1985), referente a Lei n.º. 2.193/85, considera a Lagoa Pequena como uma Área Verde de Lazer (AVL), em seu entorno existe Área de Preservação Permanente (APP) referente às dunas e a vegetação de restinga fixadora do solo (Lei n.º. 4.771/65). No mesmo ano o Poder Público Municipal tomba como Patrimônio Natural e Paisagístico as Dunas do Campeche (Decreto n.º.112/85).

Logo após entra em vigor outro Decreto n.º. 135/88 (Anexo 2: Decreto n.º. 135/88) tombando como *Patrimônio Natural e Paisagístico* a Lagoinha Pequena, no Rio Tavares, antes considerada área verde de lazer pela Lei n.º. 2.193/85 do Plano Diretor do Município (área = 32 ha), e a Lagoinha da Chica localizada ao sul do Distrito do Campeche (área = 4,4 ha). O Decreto n.º440/91 entra em vigor, reduzindo a área tombada proposta no Decreto 135, facilitando assim a ocupação do local.

Anos mais tarde, o CONAMA estabeleceu parâmetros identificando o ambiente de Restinga do Estado de Santa Catarina presentes na Resolução n.º. 261/99, definindo diversas características e classificando suas categorias de vegetação.

O mesmo órgão em 2002 na Resolução n.º.303/02 dispôs sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, referentes a Lei n.º. 4.771/65.

A área que abrange toda essa legislação a Lagoa Pequena não tem seus limites legais e reais marcados claramente, pois segundo o Decreto n.º. 135/88 a área tombada corresponde a 32 ha baseada na Área Verde de Lazer estabelecida no Plano Diretor dos Balneários de 1985, e as placas de sinalização instaladas no local determinam uma área de 35,5 ha.

### 2.1 A configuração atual da localidade e as percepções de moradores

A expansão urbana desenvolvida nos últimos anos em volta do ambiente da Lagoa e em áreas de dunas e restingas influencia diretamente o ecossistema local. A degradação ambiental causada pela ocupação urbana no ambiente natural é percebida através de sucessivos aterros da porção norte da Lagoa e de áreas alagadas. A abertura de canais para esvaziar a Lagoa e drenar áreas de banhado e também a supressão da vegetação em áreas de restinga e dunas são atitudes constatadas na pesquisa que promovem transformações do local.

O Decreto de tombamento foi desejado pela comunidade, apesar disso a expansão urbana continuou acelerada. O decreto posterior e a conseqüente urbanização irregular ratificaram o que já estava acontecendo, ou seja, a possibilidade de se estabelecer uma mancha urbana na planície com possibilidade desta se interligar a outros adensamentos urbanos próximos, que no caso seria aos condomínios existentes ao sul. Desta forma se estabeleceria uma grande área residencial paralela ao mar sobre a restinga e as dunas.

As edificações passaram a se caracterizar pela violenta concentração de casas construídas em pequenos lotes, direcionando-se mais especificamente sobre vegetação de restinga e dunas, que também são protegidas pela lei de n.º. 4771/65 do código florestal e pela resolução do CONAMA n.º. 303/02. A **figura 2** ilustra a sobreposição das legislações pertinentes ao problema em questão, atuantes sobre a área urbana que se desenvolveu nas últimas décadas.

Aplicou-se nesta pesquisa o método de levantamento da percepção dos moradores na localidade, por questionários elaborados para tal finalidade, com o intuito de buscar *in situ*, a maior proximidade possível a realidade vivida no local, em conjunto com o conhecimento que eles, os residentes, possuem do lugar onde moram.

O questionário foi aplicado aos moradores do entorno da Lagoa Pequena entre os meses de abril e maio de 2007. Foram realizadas cinquenta entrevistas por amostragem de domicílio com o representante da família residente, sendo que oito dessas residências situam-se próximo as margens da Lagoa, vinte e uma a oeste do corpo hídrico, onze situam-se em loteamento próximo à Pedrita e dez residências à noroeste da Lagoa, denominada Cova Funda. Segundo o IBGE (2000), a média de residentes por domicílio na Lagoa Pequena é de 3,15. Portanto o questionário pode corresponder à percepção de 157 habitantes, sendo aproximadamente 20% da população residente do bairro.

Dos entrevistados, 80% reconhecem a Lagoa Pequena como um local de convívio de moradores e visitantes. Dos que reconhecem esse potencial da Lagoa Pequena, 65% dos entrevistados não sabem que é considerada Área Verde de Lazer e que foi Tombada pelo Poder Público Municipal como Patrimônio Natural e Paisagístico, esse dado demonstra que as medidas legislativas e de planejamento adotadas pelo Poder Público Municipal, não repercutem para maioria dos entrevistados que são moradores do bairro.

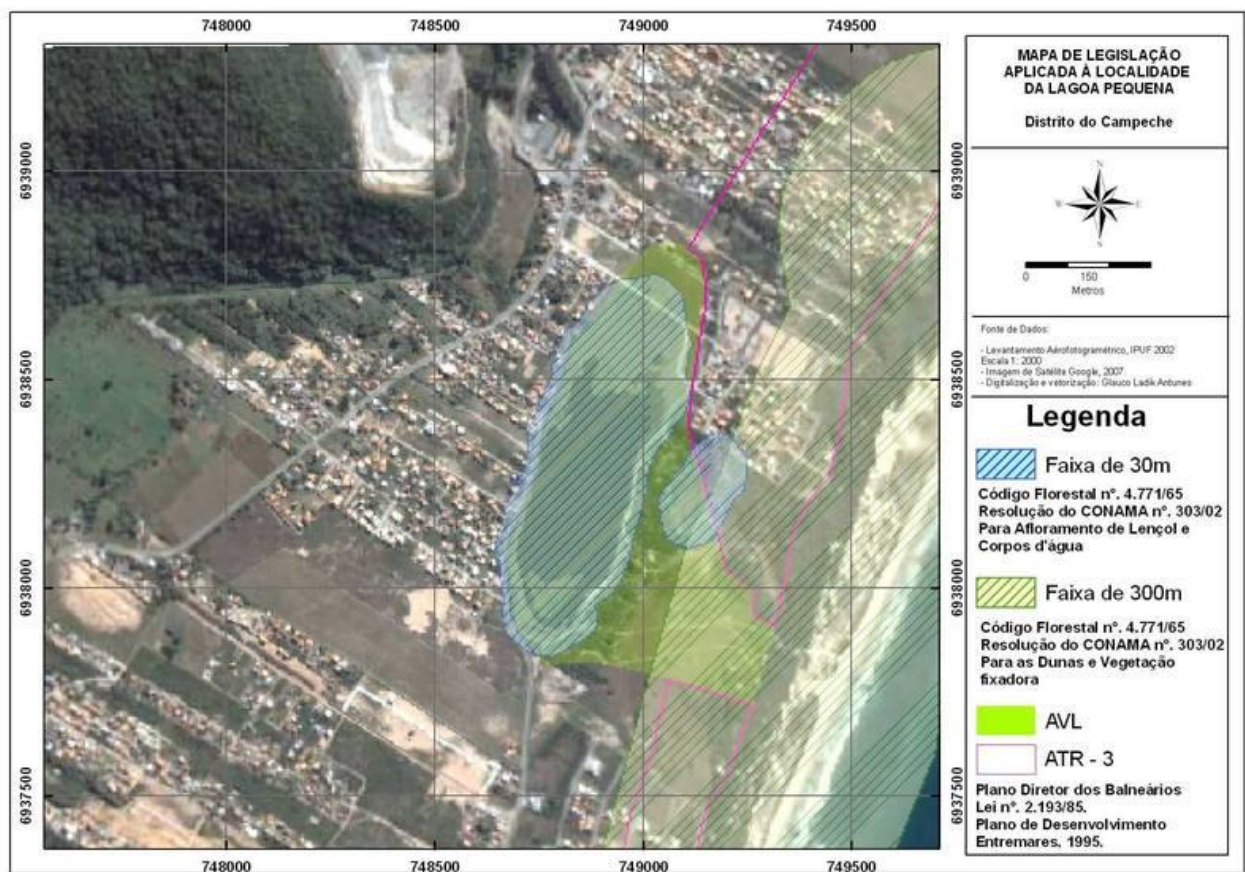
Ainda referente aos 80% dos que reconhecem o potencial para a Lagoa Pequena, a grande maioria 92,5% frequenta o local com a família, dos que frequentam 75% vão esporadicamente aproveitar as potencialidades do lugar, ao passo que, 25% comparecem uma vez por semana. Percebe-se que a Lagoa

Pequena tem grande aceitação pelos moradores, tanto pelo reconhecimento do valor do local para a comunidade, quanto pelo valor de se frequentar um lugar como esse com a família. Mas a frequência das visitas pode demonstrar o grau de satisfação ou insatisfação do morador frente a atual situação do local.

Como a amostragem das entrevistas se concentrou especificamente nas residências de moradores do entorno da Lagoa Pequena, é compreensível admitir que se a maioria a frequenta esporadicamente, existe algo que influencia essas pessoas a não irem frequentemente, seja por questões pessoais ou a questões gerais atribuídas as condições do local.

Sendo assim, ao se questionar sobre o reconhecimento de problemas na área, 66% dos entrevistados acreditam que existem problemas no entorno da Lagoa Pequena, Dentro os problemas mais citados destacam-se o do lixo e o da segurança, mais perceptíveis do que as construções em situação irregular. Isso porque o lixo (O lixo ainda é problema na região & Fogo destrói restinga da Lagoinha – NA Capital, 14/10/2006) e a segurança são realidades concretas que a população visualiza diariamente, podendo justificar o fato da maioria das pessoas frequentarem o lugar esporadicamente. Já as construções irregulares, muitas vezes não são notadas pelas pessoas ou estas não reconhecem este fato como impacto ambiental na Lagoa Pequena.

A ausência de ciclovia foi bastante citada por parte dos entrevistados, tendo valores próximos à questão do lixo, isso porque, parte do limite da Lagoa tange a Avenida Campeche. Por existir circulação de pedestres e ciclistas nesta área, é perfeitamente cabível questionar a ausência desse tipo de estrutura urbana, além de calçadas e iluminação pública que foram mencionados também.



**FIGURA 2:** Mapa temático sobrepondo as Legislações que atuam na circunvizinhança da Lagoa Pequena.

Ainda no contexto das condições da infra-estrutura da Lagoa Pequena, os entrevistados mencionaram outras estruturas importantes para se poder estabelecer um lugar de uso e apreciação comunitária. É notável o imenso potencial da Lagoa Pequena como um espaço de convívio social.

As sugestões dos entrevistados percebidas após a aplicação dos questionários referem-se à urbanização do local, como forma de se obter melhor qualidade de vida. Se todas as estruturas mencionadas forem construídas neste espaço, as áreas verdes e áreas de preservação iriam diminuir drasticamente. O importante é salientar que existem formas de estruturar um ambiente urbano, de forma a atender as necessidades das pessoas, se adequando às condições ambientais do local, utilizando, por exemplo,

materiais de outra natureza do que os utilizados no modo convencional.

O mesmo pode se aplicar às maneiras de comunicação, através de placas. Poderiam ter um cunho mais pedagógico tendo informações, além das leis, especificidades locais valorando o lugar. A iluminação é mencionada também, podendo ser aplicada apenas nas vias que tangem a Lagoa e nas entradas, porque o ambiente ainda possui características silvestres que precisam ser respeitadas para a manutenção de espécies de vegetação e fauna.

A segurança é uma questão mais ampla, que aflige a população da cidade como um todo, mas no caso do Distrito do Campeche, existem associações comunitárias que enfatizam a importância do tema. O Distrito do Campeche possui uma Central de Segurança Pública Permanente, instalada recentemente, localizada na Avenida Pequeno Príncipe. Ela atende as necessidades dos moradores de todo o sul da ilha. Antes as ocorrências eram feitas no Saco dos Limões ou na Lagoa da Conceição.

Na questão aberta da entrevista, que sugere melhorias no entorno da Lagoa Pequena, as respostas enfatizaram a importância da fiscalização ambiental no local, além de concordarem com a implementação das infra-estruturas básicas da Lagoa. Alguns mencionaram também a importância de estacionamentos ao redor para atender os visitantes, sem prejudicar o fluxo de veículos dos moradores e pedestres.

A percepção dos entrevistados é de que a localidade, apesar de estar inserida num contexto onde as condicionantes ambientais e naturais atuam fortemente, possui também características urbanas, com grande número de moradores e habitações no local. Portanto, mencionam a presença de serviços públicos básicos adequados a realidade local.

Percebe-se a não conformidade dos parâmetros de uso e ocupação estabelecidos pelo IPUF, a lei do Código Florestal e a resolução do CONAMA. Existem áreas residenciais atualmente construídas e previamente planejadas sob áreas de dunas e restinga protegidas por lei. A estrada de acesso ao loteamento é irregular, pois foi construída sob Área de Preservação Permanente e Área Verde de Lazer.

A restinga da Lagoa Pequena forma um ambiente que têm papel importante quanto a capacidade de fixação dos solos; suas dunas atuam como filtros na dinâmica das águas e ajudam na manutenção do lençol freático, mas está perdendo sua função original no ecossistema, devido a construção de grandes loteamentos urbanos que levam a descaracterização da paisagem.

Uma característica marcante da área, que também pode ser percebida em outras localidades da Ilha, é a forma de acesso às terras e terrenos. Quase que a totalidade das propriedades é de escritura de posse. Este é um dos motivos de muitas glebas urbanas não possuírem infra-estrutura urbana adequada. Existem ruas e servidões que não são regularizadas e oficializadas pelo poder público, por motivos técnicos, como medidas padrão de largura, comprimento, situação legal ou que se encontram invadindo áreas de preservação.

Devido à existência dessas ruas sem regularização, e a demora dos processos de oficialização, os equipamentos urbanos não estão presentes em muitas situações. A rede de abastecimento de água, de iluminação pública e também a rede elétrica, atendem parte da população local em contraposição às categorias de urbanização do próprio Plano Diretor.

A esperança dos moradores é de melhorias nas condições urbanas do local, pois mesmo sendo um ambiente natural de extrema importância, o local possui uma forte característica urbana já consolidada. Sendo assim o avanço da urbanização e de infra-estrutura, por um lado podem oferecer danos ao meio ambiente, mas se for analisado como bens de utilidade social e de saúde pública, seus efeitos podem ser reduzidos se inseridos de forma planejada e equilibrada.

Segundo moradores, acredita-se que a Lagoa Pequena tem condições de servir como um local de convívio de moradores e visitantes, sendo bastante freqüentada principalmente em finais de semana e feriados. Mas consideram que a Lagoa enfrenta problemas a serem resolvidos, como: lixo, segurança e ausência de infra-estrutura no bairro e no local para atender os visitantes, como constatado em enquête realizada junto aos moradores

Dentre algumas estruturas almejadas destaca-se a construção de ciclovias junto às avenidas principais que dão acesso a Lagoa, ao melhoramento das placas informativas e a construção de espaços de recreação adequados ao ambiente natural que não prejudiquem o meio ambiente.

### 3. Conclusões

A Lagoa Pequena compõe o ambiente costeiro da Planície do Campeche. Em seus domínios existe uma multiplicidade de vida que são de extrema importância para todos os habitantes. Os seres humanos também dependem desta natureza para viver em equilíbrio, em integração com o Planeta Terra. Esta lagoa é importante também na dinâmica natural das águas da região. O afloramento deste corpo hídrico representa um vasto e rico aquífero presente no subsolo. As dunas que o circundam também trabalham na atenuação das águas e recarga dos lençóis. As águas da Lagoa alimentam muitas espécies de vida e são

usadas no lazer de muitos moradores.

A Lagoa Pequena teve em seu entorno uma acentuada transformação social e paisagística durante as últimas duas décadas. Sofreu aterramentos sucessivos e recebeu drenagem para conceder espaço ao avanço da urbanização de um loteamento irregular junto ao limite da área tombada.

A Lagoa Pequena em poucos anos teve seu ambiente bastante descaracterizado. Foram causados muitos danos ambientais em virtude de ações antrópicas que se estabeleceram no local em paralelo à falta de serviços, fiscalização por parte do poder público e valorização de lotes para moradia. Assim, a posse de bens naturais tornou-se uma obsessão para alguns moradores.

A partir dos anos 80, houve interesse por parte dos Órgãos Públicos de se estabelecer critérios de uso para a área. Diversas formas de zoneamento foram estabelecidas, mas por princípio a área sempre foi considerada um espaço de área verde de lazer e de preservação.

O crescimento urbano local continua sendo efetuado de maneira irregular em muitos casos. Por outro lado, apesar de moradores pagarem o IPTU (Importo Predial e Territorial Urbano), as condições de infraestrutura urbana ainda são parciais especialmente quanto à falta de rede de esgoto. Isso reflete diretamente no ecossistema Lagoa, e na qualidade de vida dos moradores.

O avanço da urbanização e de infra-estrutura, por um lado podem oferecer danos ao meio ambiente, mas se for analisado como bens de utilidade social e de saúde pública, seus efeitos podem ser reduzidos se inseridos de forma planejada e equilibrada.

Almeja-se uma efetiva participação do Poder Público em projetos de desenvolvimento comunitário e ambiental de forma participativa e eficaz, para que se aumentem as possibilidades de manutenção deste patrimônio natural para as futuras gerações.

## Referências Bibliográficas

**AMORA, A.M.G.A.** *O lugar do Público no Campeche*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1996.

**CAMPOS, Nazareno J.** *Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Ed./ Ed. Da UFSC, 1968.

**IPIUF.** *Plano Diretor da Planície do Campeche*, 1995.

**IBGE.** *Censo Demográfico 2000*. Acesso em: 15/04/2007.

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm).

\_\_\_\_\_. *Plano Comunitário para a planície do Campeche. Sítio Campeche – MCQV*. Disponível em: [www.campeche.org.br](http://www.campeche.org.br). Acesso em: maio de 2007

\_\_\_\_\_. *BRASIL, Leis, Decretos e Resoluções. Código Florestal*. Lei N°. 4.771 de 15 de setembro de 1965. <http://www.lei.adv.br/4771-65.htm>;

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor*. Lei municipal N°. 2.193/ 85. IPIUF, 20/04/2007.

\_\_\_\_\_. *Tombamento das Dunas*. Decreto municipal N°. 112/85. IPIUF, 20/04/2007;

\_\_\_\_\_. *Tombamento da Lagoa Pequena e Lagoa da Chica*. Decreto municipal N°. 135/88. IPIUF, 20/04/2007;

\_\_\_\_\_. *Alteração de zoneamento*. Decreto municipal N°. 440/91. IPIUF, 20/04/2007;

\_\_\_\_\_. *BRASIL, Leis, Decretos e Resoluções. Resolução do CONAMA N°. 261 de 30 junho de 1999*.

Dispõe sobre parâmetros básicos para análise dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina, as diretrizes constantes no Anexo desta Resolução.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res99/res26199.html>

\_\_\_\_\_. *BRASIL, Leis, Decretos e Resoluções. Resolução do CONAMA N°. 303 de 20 março de 2002*.

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação .

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>.